

Um episódio na praia: notas epistemológicas sobre expressões consideradas racistas¹

An episode on the beach: epistemological notes on expressions considered racist

Un episodio en la playa: apuntes epistemológicos sobre expresiones consideradas racistas

Luciano Oliveira²

Resumo

Oliveira, L. Um episódio na praia: notas epistemológicas sobre expressões consideradas racistas. *Rev. C&Trópico*, v. 48, n. 1, p. 113-122, 2024. Doi: [https://doi.org/10.33148/CETROPv48n1\(2024\)2280](https://doi.org/10.33148/CETROPv48n1(2024)2280)

Partindo de um episódio ocorrido na praia com ele próprio, em que o autor confundiu um patrão (negro) com o seu empregado (branco), o artigo discute, numa primeira parte, a pertinência de considerar como atos de racismo equívocos desse tipo, devidos não a um menosprezo em relação aos negros, mas ao fenômeno conhecido como “discriminação estatística”. Numa segunda parte, discute a pertinência de se considerar como falas racistas o uso de termos e expressões que, seja na sua etimologia, seja na sua semântica (como é o caso do verbo “esclarecer” e seus derivados), nada permitem considerar que tenham origem em práticas racistas ou cujo uso indique um preconceito de cor.

Palavras-chave: Racismo. Discriminação estatística. Falas racistas.

Abstract

Oliveira, L. An episode on the beach: epistemological notes on expressions considered racist. *Rev. C&Trópico*, v. 48, n. 1, p. 113-122, 2024. Doi: [https://doi.org/10.33148/CETROPv48n1\(2024\)2280](https://doi.org/10.33148/CETROPv48n1(2024)2280)

Starting from an episode that occurred on the beach with himself, in which the author confused a boss (black) with his employee (white), the article discusses, in a first part, the relevance of considering mistakes of this type as acts of racism, due to not to belittle black people, but to the phenomenon known as “statistical discrimination”. In a second part, it discusses the relevance of considering as racist speech the use of terms and expressions that, whether in their etymology or in their semantics (as is the case of the verb “clarify” and its derivatives), nothing allows us to consider that they have origin in racist practices or whose use indicates color prejudice.

Keywords: Racism. Statistical discrimination. Racist speeches.

Resumen

Oliveira, L. Un episodio en la playa: apuntes epistemológicos sobre expresiones consideradas racistas. *Rev. C&Trópico*, v. 48, n. 1, p. 113-122, 2024. Doi: [https://doi.org/10.33148/CETROPv48n1\(2024\)2280](https://doi.org/10.33148/CETROPv48n1(2024)2280)

A partir de un episodio ocurrido en la playa consigo mismo, en el que el autor confunde a un jefe (negro) con su empleado (blanco), el artículo discute, en una primera parte, la relevancia de considerar errores de este tipo como actos de racismo, debido no a menospreciar a los negros, sino al fenómeno conocido como “discriminación estadística”. En una segunda parte, se discute la relevancia de considerar como discurso racista el uso de términos y expresiones que, ya sea en su etimología o en su semántica (como es el caso del verbo “aclarar” y sus derivados), nada nos permite consideren que tienen origen en prácticas racistas o cuyo uso indique prejuicios de color.

Palabras clave: Racismo. Discriminación estadística. Discursos racistas.

Data de submissão: 18/04/2024

Data de aceite: 25/04/2024

¹ Este samba vai para Manuela, Fernanda e Maurilo – que, sem querer e sem sequer se darem conta, protagonizaram um pequeno “acontecimento na vida das minhas retinas tão fatigadas”, como diria Drummond.

² Luciano Oliveira é mestre em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor também em sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris). E-mail: jlgo5283@gmail.com

Começo contando o “episódio na praia”. Um dia estávamos numa dessas barracas da praia eu e três ex-alunos: um rapaz e duas moças. Racialmente éramos: eu e uma das moças, brancos; o rapaz, moreno; a outra moça, negra. Dois homens, um branco e outro bem moreno (negro, se preferirem), nos serviam. Na hora de irmos embora, fiz um sinal ao homem bem moreno, que naquele momento passava próximo de nós, e mais ou menos lhe disse: “por favor, pergunte ao patrão quanto foi a conta”. Sua resposta não direi que me desconcertou, mas me pegou de surpresa: “O patrão sou eu...” – e fez a conta. Pagamos e saímos. Que me lembre, na hora meu comentário resumiu-se a um “viram?” – que não suscitou nenhum comentário dos que estavam comigo: ou não perceberam, ou não deram importância. O episódio ficou gravado na minha memória, mas nunca o “trabalhei” teoricamente, como faço agora.

O *teoricamente* vai por conta de que, ao voltar a pensar nesse assunto, reabri o livro *A Cabeça do Brasileiro*, de Alberto Carlos Almeida (2007) – que deu o que falar na época do seu aparecimento –, onde, com base nos resultados de uma pesquisa de opinião em que se aferiam vários preconceitos partilhados pelos brasileiros, está cientificamente provado que o meu equívoco da praia tinha sido a manifestação de um preconceito de cor! Tinha lido o livro na época do seu lançamento, e lembrava-me desse veredicto quando agora o reabri – reabri-o, aliás, justamente para ver se minha lembrança era boa. Era. O *survey* faz uma experiência interessante, apresentando aos respondentes oito fotos de brasileiros, “ordenadas do mais branco ao mais preto”, e propondo-lhes classificá-los de acordo com atributos de caráter como “mais honesto”, ao lado de atributos que nada têm a ver com caráter, como ter “menos oportunidades”, além de propor-lhes atribuir aos retratados uma profissão num gradiente que ia da mais valorizada, “advogado”, à menos valorizada, “engraxate”.

Os resultados são curiosos e, como acontece com qualquer pesquisa de opinião, dão-se às mais diversas interpretações. A interpretação do autor está resumida como segue: “uma leitura atenta dos dados [...] revela a força do preconceito de cor ou racial na maioria da população” (p. 223). Eu concordo com ele. Aliás, já concordava antes de ter lido o livro, pois, tendo nascido no ano em que morreu o “rei da voz” Francisco Alves, quando era presidente da república Getúlio Vargas, convivo há mais de sete décadas com o nosso “racismo cordial” – aquele racismo que tem vergonha de chamar um preto de preto e que tem por hábito se referir a um “negão” como “aquele rapaz moreno”. A pesquisa de Alberto Almeida reivindica o mérito de pôr em números aquilo que todos nós mais ou menos já sabíamos. E nada melhor do que argumentar com

números, entidades frias com as quais se pode baixar a temperatura de uma discussão, nem que seja porque exige do interlocutor que ele também produza os seus. Mas ler tabelas exige acuidade, e também muita atenção quando se leem as análises que seu intérprete faz. No caso em tela, por exemplo, as se ler, logo de entrada – como destaquei acima –, que as tabelas revelam “a força do preconceito de cor ou racial na maioria da população”, esse juízo monobloco pode contaminar o restante da leitura, fazendo com que não atentemos para as ponderações feitas pelo próprio autor no texto analítico e que nuançam o significado e a gravidade do que é ter preconceito.

Quando, por exemplo, a maioria dos respondentes atribui o caráter de “honesto” mais a homens brancos do que a pardos e pretos, esse é um preconceito bem diverso – eu diria que *qualitativamente* bem diverso – daquele outro segundo o qual homens pardos e pretos têm “menos oportunidades” do que homens brancos. E é o próprio autor quem chama a atenção para isso, ao observar que “não é possível afirmar que a relação entre cor [...] e honestidade possa ser estabelecida porque estatisticamente [haveria] mais brancos do que pardos [...] honestos” (pp. 228-229), diferentemente do que ocorre com o preconceito que associa cor a mais ou menos oportunidades na vida, pois qualquer um sabe que “os brancos têm acesso a mais oportunidades” (p. 228). Ou seja: o primeiro preconceito, além da gravidade de referir-se a um aspecto de caráter pessoal (ser *honesto*), diferentemente do segundo (ter *oportunidades*), não tem, ademais, nenhuma base empírica sobre que se sustentar; mas o segundo, tem! É o que também ocorre com o preconceito que preside a atribuição de uma profissão de acordo com a cor das pessoas. Os respondentes cravaram majoritariamente a opção “advogado” para os brancos, e “engraxate” para os negros. Como sintetiza o autor, “à medida que cai o *status* da profissão, ela se torna menos branca e mais parda e preta” (p. 232).

Óbvio! Por quê? Porque – é ele mesmo quem responde – “há evidências factuais [...] para a associação entre cor e profissões” (p. 229). Explicando: “Como há maiores chances de advogados serem brancos, ao analisarem fotos de pessoas de cores diferentes, os entrevistados associam, *por preconceito*, a profissão ao branco” (p. 232) – itálicos meus. É o que se chama de “discriminação estatística”, como está didaticamente explicado no livro: ela “ocorre quando se atribui um padrão de comportamento ou característica social a um tipo de pessoa porque estatisticamente essa associação é a mais frequente ou comum” (p. 229, n. 1). Noutras palavras, não há nenhum absurdo em se associar a profissão de advogado a uma pessoa de cor branca, ou a de engraxate a uma pessoa negra, pois é raro encontrar uma pessoa branca dando um lustre nos sapatos

de um “negão”. Essa é “a experiência diária da população brasileira” (p. 232). Eis aí cientificamente explicado, portanto, o preconceito de cor que manifestei no episódio da praia – afinal, seja num restaurante caro, seja numa simples barraca na areia, a experiência nos ensina que o dono do negócio costuma ter a pele mais clara do que o garçom. Da mesma forma que, nas repartições de justiça, as funções menos valorizadas como as de servente ou de ascensorista costumam ser ocupadas por pessoas de pele escura, enquanto juízes e desembargadores costumam ter a pele clara. Chega a ser simples.

Nesse caso, por que chamar o meu equívoco na praia de *preconceito*? – já que, pela condenação moral que a palavra carrega, ela não se aplicaria a uma situação em que ocorreu um simples equívoco *devido à cor*, algo bem diverso de uma manifestação de desprezo *em relação à cor*? Porque, do ponto de vista técnico, trata-se sim, nos dois casos, de preconceito – entendido este no sentido literal de um *pré-conceito*. Ou seja: a partir de experiências *prévias*, formamos um *conceito* sobre o mundo, as profissões, os contextos etc., e saímos por aí aplicando-o sem examinar, em cada situação concreta, se o conceito é válido ou não. Essa é uma situação comum entre nós: aquela em que alguém, não necessariamente branco num país altamente miscigenado como o nosso, confunde o status pessoal ou profissional de uma pessoa negra, atribuindo-lhe uma posição social ou ocupação inferior àquela que efetivamente é a sua. Isso tem sido chamado de *racismo* com muita rapidez e facilidade. Mas essas “discriminações estatísticas” terminam sendo inevitáveis na vida prática. Como escreveu Hannah Arendt em *A Vida do Espírito*,

Clichês, frases feitas, adesão a códigos de expressão e conduta convencionais e padronizados têm a função socialmente reconhecida de nos proteger da realidade, ou seja, da exigência de atenção do pensamento feita por todos os fatos e acontecimentos em virtude de sua mera existência. Se respondêssemos todo o tempo a esta exigência, logo estaríamos exaustos (Arendt, 1992, p. 6).

Gosto muito da leveza dessa reflexão. Gosto porque Arendt recorre a um fenômeno que chega a ser *físico* – o cansaço mental que implicaria estarmos a todo instante avaliando cada palavra que emitimos – para explicar as “discriminações estatísticas” que nos levam de roldão. Mas, se o racismo é normativo, o *pré-conceito* que leva a equívocos não o é necessariamente. É claro que esses “códigos de expressão e conduta” refletem, numa sociedade como a brasileira, o “racismo estrutural” de que fala Sílvia Almeida (2020). Mas é claro, também, que nem todos os que reproduzem

inconscientemente tais estruturas em suas falas estão sendo racistas no sentido *preconceituoso* (que é diferente do sentido meramente *pré-conceituoso*) do termo. O próprio Sílvio Almeida, aliás, não parece ter nada contra a “teoria da discriminação estatística”, dizendo que ela “merece nossa atenção por destacar os aspectos sistêmicos e até inconscientes da discriminação”. E concede que sua “grande vantagem [...] é demonstrar que a desigualdade racial [...] não é produto da intencionalidade dos indivíduos [...], mas de um sistema que funciona com base em perfis raciais e preconceitos *institucionalizados*” (Almeida, 2020, p. 162 – itálico no original). Por outro lado, é igualmente claro que esses “equivocos” (nesse caso, mercedores de aspas) podem vir de pessoas racistas conscientes da discriminação que estão praticando. Sendo o caso, são merecedoras de viva reprovação. Mas também podem vir de pessoas desavisadas que se veem de repente envolvidas numa situação cuja gravidade têm dificuldade em entender. Afinal, como teria dito certa feita Sigmund Freud, “Senhores, às vezes um charuto é apenas um charuto!” Mas, nos dias de hoje, não é raro que um charuto seja confundido com um canhão!

A emergência, aparentemente para valer, da questão racial na cena pública brasileira só pode alegrar pessoas que sempre se sentiram desconfortáveis e vêm denunciando já faz tempo a hipocrisia nacional a respeito do nosso famoso *racismo cordial*. Um ponto importante nessa história é os próprios negros estarem, em grande número, assumindo um protagonismo que sempre lhes foi negado. Com efeito, a reemergência – mas com tal força e visibilidade que até se assemelha a uma irrupção –, nos últimos anos, da questão racial na cena pública brasileira, é um acontecimento maior dos nossos tempos. Depois das sociedades e jornais de *homens de cor* no começo do século XX, da Frente Negra Brasileira nos anos 1930, do Teatro Experimental do Negro de Abdias do Nascimento no interregno democrático de 1945-1964, do Movimento Negro Unificado nos anos 1970 – etc.³, assistimos, de uns anos para cá, e com força, a uma ressurgência da questão no país. ONGs, artistas da periferia, associações de moradores, de mães de negros mortos pela polícia, escritores, jornalistas, políticos – é ampla a gama de um movimento que retoma a longa trajetória de luta contra os preconceitos e a desigualdade de tratamento a que os negros brasileiros se viram condenados quando libertos no século XIX e a que continuam sujeitos em pleno século XXI. Refletindo o que hoje se passa em escala planetária, as lutas se dão num

³ Para um histórico desses e outros movimentos, ver Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012).

ambiente político e intelectual de alta polarização, um ambiente mais propício à estridência dos discursos do que às virtudes da discussão.

Talvez isso seja inevitável. Afinal, mais de cento e trinta anos depois de uma abolição da escravidão consignada em uma única linha de texto legal que simplesmente jogou os ex-escravos ao deus-dará, a “segunda abolição” continua um horizonte não alcançado. No emprego, na educação, na saúde, na moradia, os números continuam monotonamente mostrando que a pobreza brasileira tem cor. Quando se chega às chamadas políticas de segurança pública, mesmo a um olho “inocente” dificilmente passará despercebido o quanto a polícia brasileira é seletiva no que diz respeito aos indivíduos que reprime e o quanto é violenta quando incursiona pelo mundão de pobreza das nossas favelas e periferias – ali onde duas das nossas mais agudas “antenas da raça”, Gil e Caetano, na canção *Haiti*, flagraram nossos “soldados / quase todos pretos / Dando porrada na nuca de malandros pretos / De ladrões mulatos e outros quase brancos / Tratados como pretos”.

Isso de um lado. De outro, essa luta, talvez porque tenha sido longamente represada, veio à tona com a força de uma explosão, jogando estilhaços para todos os lados, às vezes atingindo distraídos transeuntes. Equívocos do tipo que cometi na praia não são incomuns entre nós. Mas eles têm, em tempos crispados como os que estamos vivendo, adquirido muitas vezes a importância de um *casus belli* nem sempre justificável. Com isso, dirijo-me ao propósito subjacente ao subtítulo deste ensaio: criticar algumas manifestações do campo antirracista – ao qual julgo pertencer – que pretendem abolir, na linguagem verbal ou escrita, o uso de termos que seriam “expressões racistas” que, como tais, “precisam sair do vocabulário”, como recomendam alguns sites do movimento negro.

Nesse terreno, certos posicionamentos, de tão exagerados, parecem mais um *sketch* de programa de humor satirizando essa empresa de saneamento da linguagem. Exemplo disso é o que aconteceu recentemente com um amigo professor em sala da aula, segundo me relatou. Em determinado momento de sua exposição, disse que iria “*esclarecer*” melhor um determinado assunto. Foi o bastante para um aluno interpelá-lo: “por que não *escurecer*?” Minha impressão imediata foi a de achar que o aluno tivesse feito uma brincadeira. Insisti nessa possibilidade junto ao amigo, mas ele mostrou-se muito seguro no que havia me dito: não, não tinha sido brincadeira. O aluno era um militante empenhado em expurgar do vernáculo palavras e expressões que, direta ou indiretamente, aludam a uma origem, real ou supostamente, racista!

Já que contei o que se passou com um amigo, conto agora um episódio que se passou comigo. Como todo mundo, tenho cacoetes linguísticos. Um deles é o uso adverbial de “claro”. Em conversas e mesmo por escrito sou useiro e vezeiro em construções como: “refiro-me, *claro*, a...”; “é *claro* que com isso...”; “não quero, *claro*, dizer...” – etc. Pois bem. No curso da elaboração deste texto, discutindo uma versão de trabalho com um dos meus interlocutores em quem admiro o senso de justiça e a acuidade, no momento em que chegamos ao parágrafo que vem logo após a citação de Hannah Arendt, em que o advérbio aparece três vezes, ao cabo da terceira vez meu interlocutor fez uma parada para pensar. Aproveitando o silêncio, antevi-me a uma possível objeção aos meus argumentos, porque meu interlocutor me olhou meio estranho. Um daqueles olhares compreensivos de quem quer proteger um amigo de querelas ingratas. Mas o olhar nada tinha a ver com os argumentos, e sim com a forma de expressá-los. Para minha surpresa e estupefação, ele observou que o uso do termo “claro”, num contexto de discussão sobre falas raciais, poderia ser mal interpretado! Arregalei os olhos de tal forma que terminamos rindo. Mas acho que ele estava falando a sério...

Como sou daqueles que continuam achando que “claro” é apenas um advérbio de modo, e “esclarecer” um verbo que significa apenas elucidar, confesso minha dificuldade em aceitar essa caça às palavras com base em suspeições a maioria das vezes infundadas e adesões quase sempre irrefletidas. Peguemos o par de oposições “claro / escuro”. Trata-se sem dúvida de uma temeridade reduzir uma e outra à cor da pele de alguém, da mesma maneira que seus derivados “esclarecer / obscurecer”. Se não temos medo da *claridade* do dia, como temos medo da *escuridão* da noite, é simplesmente porque a luz do sol dissipa as angústias que uma noite escura pode ocasionar; porque desconhecemos os eventuais perigos que nela se escondem. É por isso que, como vemos em filmes de guerra, soldados brancos em combate noturno costumam pintar o rosto de piche. O fato de a escuridão se aproximar visualmente da cor negra é um fenômeno que releva da física ótica, não da sociologia ou da história, como é o caso do racismo.

Diria o mesmo de uma expressão como “mercado negro”. E, no entanto, em sites pelos quais andei circulando, a origem racista dessa expressão chega a ser um axioma. Às vezes nos deparamos com explicações desacompanhadas de qualquer análise histórico-etimológica que embase a condenação. Num deles li que o mercado negro “é aquele que promove ações ilegais, e mais uma vez é a palavra negro sendo usada com

conotação desfavorável. O negro, na expressão, significa ilícito”. Sobre isso, não há o que discutir. Mas qual é a origem da expressão? Por que a associação entre “mercado” e “negro”? Pela explicação dada, seria simplesmente porque “negro” possui uma conotação racialmente desfavorável. Que é racismo associar uma situação desagradável ou prática ilegal a uma cor que é também a cor de uma pele humana, se a associação for feita em razão dessa similitude, não resta dúvida. A expressão é encontrada nas várias línguas europeias, como o francês (*marché noir*), o inglês (*black market*), o alemão (*scharzmarkt*), o italiano (*mercato nero*) etc. Como se trata todos de países ocidentais e brancos, a tentação é grande de ver nela um reflexo da grande pilhagem que o ocidente promoveu na África negra desde as grandes navegações seiscentistas.

Não sou historiador nem etimólogo, mas, refletindo sobre a questão valendo-me do conhecimento sobre as coisas que todos nós acumulamos num escaninho da mente chamado “cultura geral”, e navegando pela Enciclopédia do mundo digital chamada Google, sinto-me encorajado a apostar na hipótese de que a expressão não tem, originalmente, qualquer conotação racial – muito menos racista. Ao que algumas informações disponíveis dizem, ela remonta à época da primeira guerra mundial, quando as medidas de racionamento eram contornadas por negócios feitos às escondidas, ou seja: negócios *obscuros*! Ainda hoje, na França, há uma expressão similar, “*travail au noir*” que, numa tradução literal, seria “trabalho no negro”. Mas, em francês, a palavra *noir* também serve para designar a escuridão que faz à noite – tanto que *il fait noir* significa simplesmente “é noite”. A expressão *travail au noir* significa um tipo de trabalho que se faz “por fora” dos regulamentos, ensejando, assim, evasão fiscal. Fuçando a Wikipédia, descobri que a origem do termo viria da idade média! Regulamentos da época proibiam que as corporações fizessem seus aprendizes e oficiais trabalhar depois do escurecer, e aí os mestres faziam-nos trabalhar no escuro, à noite, à luz de velas... *au noir*!

Não tenho ideia de como nem quando a expressão “mercado negro” surgiu no Brasil. Mas acho razoável supor que as razões e circunstâncias do seu aparecimento não discrepem daquelas que a viram surgir noutra latitudes. Pode ter simplesmente havido uma importação da expressão. Da mesma forma que acho também razoável a hipótese de que expressões análogas como “futuro negro”, “pensamento negro” etc. tenham igualmente uma origem relacionada não a negro como designativo de raça, mas como símile de escuro – que é a cor da escuridão.

As palavras, como os seres vivos – justamente porque são seres humanos, seres históricos, que as portam –, nascem, crescem, envelhecem e morrem. Nesse ínterim, muitas mudam de significado. Noutras, o significado original se perde no esquecimento quando elas têm uma longevidade grande. Como quer que seja, acho difícil imaginar que alguém use a expressão “mercado negro” referindo-se a um tipo submerso de atividade econômica; ou “humor negro” referindo-se a um estilo literário; ou “lista negra” referindo-se a uma relação de pessoas proscritas; ou “filme *noir*” referindo-se a um gênero cinematográfico; ou *black friday* referindo-se a um dia de preços baixos nas lojas etc. – com uma intenção racista!

Ainda quando essas expressões – *ad argumentandum tantum* – tivessem uma gênese motivada pelo racismo, elas, desde que estão no mundo, e portanto sujeitas às suas peripécias, podem perder essa conotação. As palavras costumam passar por processos de ressignificação ao longo da história. Ou mesmo podem ter significações diferentes ao longo da geografia. Pense-se numa palavra como “nigger”, injuriosa nos Estados Unidos. Sua correspondente brasileira, porém, “negro”, que também já se prestou a usos infamantes (basta lembrar na odiosa expressão “negro safado”), foi justamente aquela que desde pelo menos os anos 30 do século passado, com a Frente Negra Brasileira, foi apropriada – e ressignificada – pelos “homens de cor” para valorizar sua etnia. Já os negros americanos, em vez de ressignificar “nigger”, preferiram utilizar “black” quando se tratou de reivindicar respeito por sua raça. “Black”, cuja correspondência brasileira seria “preto”, não era contraditória entre negros brasileiros até recentemente. Digo isso porque no conjunto do nosso “movimento negro”, hoje em dia, já há quem se refira à sua etnia, com orgulho, como “povo preto”.
E la nave va...

Mas se diz que certas expressões, independentemente de um uso intencional, têm uma origem racista; que mesmo essa origem tendo caído no esquecimento, elas cristalizam preconceitos raciais; e que, ao usá-las, estamos “naturalizando” os preconceitos nelas insertos; logo, estamos inocentemente reproduzindo-os. Não estamos. E não estamos porque o esquecimento da origem racista da palavra tira-lhe a intenção discriminatória. É o que acontece, segundo se diz, com a palavra “mulato”, de uso não recomendável nesses tempos crispados porque teria sua origem em “mulo”, produto do cruzamento do cavalo com a jumenta ou da égua com o jumento. A sua aplicação a seres humanos seria depreciativa. Mas essa não era a opinião, por exemplo, de um Carlos Marighella, que exibia com orgulho a sua condição de *mulato*, filho de uma

negra baiana com um imigrante italiano. Aqui, como em outros lugares, o que vale é a intenção.

Ora, seja no caso de uma “discriminação estatística” como a que cometi, seja no caso do uso de uma palavra ou expressão cuja origem racista só os especialistas conhecem, qualificar um e outro caso de racismo é criar um problema onde ele não existe. E o mundo já tem problemas demais para resolver. É claro que (olha aí “claro” de novo!) há expressões que sempre foram e continuam sendo inapelavelmente racistas, como é o caso da execrável “serviço de negro” para designar um trabalho mal feito. Mesmo aí, porém, dependendo do contexto e das pessoas envolvidas, é uma expressão que pode ser ressignificada. Pessoas negras, por exemplo, podem num encontro entre amigos usá-la a título de brincadeira e mesmo de ironia em relação ao seu uso discriminatório (e isso não teria nada a ver com o “racismo recreativo”), da mesma maneira que num encontro envolvendo amigos homossexuais (isso, “meninos, eu vi”!) eles podem tratar-se de “bicha” num clima de descontração – o que nada tem a ver com o uso injurioso do termo.

O propósito deste pequeno ensaio foi contribuir para baixar a temperatura em relação a certas querelas que considero bizantinas. Sou um “objeto de consciência” ao banimento, na fala e na escrita, de expressões que não têm em sua origem nenhuma conotação racista ou, mesmo tendo, como pode ser o caso de “mulato”, a etimologia já foi há muito tempo apagada pela semântica. Sinceramente, não vejo em que isso poderia ajudar a causa dos negros. Mas se um leitor negro se sente injuriado ao ler num texto meu uma expressão como “humor negro” – gênero, aliás, que costumo praticar –, eu não tenho por que me rejubilar com isso! Mas as experiências são partilháveis; podem ser confrontadas e discutidas, e eventualmente podem servir de matéria à reflexão. E se meu leitor me conceder a oportunidade de argumentar, eu argumentarei. Como fiz aqui.

Referências

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A Cabeça do Brasileiro*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2007.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ARENDETT, Hannah. *A Vida do Espírito*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará / UFRJ, 1992.

GUIMARÃES, Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*, São Paulo, Editora 34, 2012.